

MATERNIDADE NO CÁRCERE: REFLEXÕES ACERCA DA PROMOÇÃO À SAÚDE EM UMA PENITENCIÁRIA FEMININA

BELÉM, Akaenna Lorryne¹

LUCENA, Stefanny Karulayne Figueiredo de²

NASCIMENTO, Priscilla da Fonsêca³

SILVA, Tuany Cristina Dias⁴

SILVA, Sthefania Scarlett do Nascimento⁵

Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH)/ Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes (CCHLA)/ PROEXT/ Professor Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
Coordenador Geral do Programa Ressocialização Feminina, Direitos Humanos e
Cidadania/ Professor Eduardo Sérgio Soares Sousa Coordenador Colaborador

RESUMO

O presente trabalho é parte do projeto de extensão “Ressocialização feminina, direitos humanos e cidadania”. O projeto é vinculado ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da UFPB. O estudo teve como finalidade facilitar ações futuras de atenção e promoção à saúde em um presídio feminino de João Pessoa. O objetivo deste trabalho foi estudar a saúde de mulheres grávidas que se encontram encarceradas em um presídio feminino. Este trabalho permite aproximar a academia do ambiente de cárcere, através da presença semanal de estudantes e professores no contexto prisional, atuando junto aos cuidados à saúde da mulher. O estudo possibilita dar voz a mulheres excluídas socialmente, para que assim construa-se um saber científico. A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com as apenas gestantes da penitenciária e visitas de observação. Foram entrevistadas seis mulheres gestantes que estavam cumprindo regime fechado ou ainda aguardavam julgamento. Verificou-se que o fato de estarem grávidas acarreta afastamento das atividades dentro do presídio, são ainda desligadas de praticamente todas as atividades do centro reeducacional. Quanto a estrutura do presídio, as reeducandas se queixam sobre as camas em que dormiam, feitas de cimento com colchões muito finos que geravam dores nas costas, além da qualidade da alimentação oferecida para as presas. Este estudo permitiu visualizar que a saúde das apenas encontra-se comprometida pela falta de meios que proporcionem uma vida saudável, como a oportunidade de exercer o trabalho ou outras atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Presídio, grávidas, saúde.

INTRODUÇÃO

¹Universidade Federal da Paraíba – UFPB, discente bolsistas, akaenna@gmail.com

²Universidade Federal da Paraíba – UFPB, discente bolsistas, stefannyk.f.lucena@gmail.com

³Universidade Federal da Paraíba – UFPB, discente bolsistas, priscila.aspb@gmail.com

⁴Universidade Federal da Paraíba – UFPB, discente bolsistas, tuany_pink_w@hotmail.com

⁵Universidade Federal da Paraíba – UFPB, discente colaborador, sther_scarlett@hotmail.com

Este trabalho é parte do projeto de extensão “Ressocialização feminina, direitos humanos e cidadania”, que teve início no primeiro semestre de 2013, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O projeto foi aprovado como PROEXT, e é vinculado ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da mesma Universidade. O estudo teve como finalidade facilitar ações futuras de atenção e promoção à saúde em um presídio feminino de João Pessoa.

O projeto foi dividido em três grandes áreas: Saúde, Educação e Direito, para facilitar a organização de atividades e ações a serem realizadas dentro do presídio. Na área de Saúde, um dos objetivos específicos deste trabalho, foi estudar a saúde de mulheres grávidas, que se encontram encarceradas no presídio citado, a partir de um aprofundamento sobre suas histórias de vida, condições de trabalho, educação e espaço físico. A ideia inicial do estudo foi de que a realidade vivenciada pelas apenadas no cárcere, bem como suas necessidades, anseios e expectativas com relação à saúde, serviriam de base para planejar ações de promoção de saúde prevenção de doenças. A diretriz base foi o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (Ministério da Saúde, 2004), que parte do princípio de que a saúde é de caráter universal, sendo direito de todo o ser humano, independente de suas condições sociais.

A atividade de extensão se justifica pela possibilidade de se aproximar a academia do ambiente de cárcere, através da presença semanal de estudantes e professores no contexto prisional, atuando junto aos cuidados à saúde da mulher. Os resultados do estudo se constituem num material que pode viabilizar e fundamentar ações futuras em promoção de saúde no cárcere feminino.

A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com as apenadas gestantes da penitenciária, além de visitas de observação. O Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão é um espaço que atende, atualmente, cerca de 341 detentas, das quais estão 286 em regime fechado. Em regime semiaberto, estão 39 presas, e, em regime aberto, 16. Estas últimas podem frequentar e contar com os serviços de saúde extramuros.

DESENVOLVIMENTO

Ao adentrarmos no centro, nos deparamos com dois grandes ambientes; para cada lado possui um portão, sendo a ala da direita destinada às presas do regime fechado e provisório, e a da esquerda às do regime semiaberto. Na ala das presas em regime

semiaberto, há uma pequena fábrica de tecidos que funciona há dois anos, na qual 20 presas trabalham oito horas por dia de segunda à sexta-feira, no período da manhã e à tarde na fábrica. Há ainda uma sala para a confecção de bonecas de pano, na qual trabalham oito mulheres, nos mesmos dias e horários. Na ala da direita, ficam duas construções longas de celas superlotadas, local chamado pelas presas de “corredor”. Há ainda um berçário, que são três grandes celas sem divisão por grades onde ficam as presas gestantes e as que já deram à luz, nas quais bebês ficam durante o período de amamentação até completarem seis meses de idade. No mesmo ambiente, há uma pequena biblioteca, uma cozinha e salas de aulas. A grande área vazia em frente à ala da direita é ocupada quando há banhos de sol e jogos de futebol.

Foram entrevistadas, no total, seis mulheres gestantes que estavam cumprindo regime fechado ou ainda aguardavam julgamento. Os crimes cometidos são, geralmente, contra o patrimônio e, em menor escala, contra a pessoa. O uso de drogas, para grande parte, esteve presente em suas vidas, aumentando as chances de se envolverem em conduta criminal. É possível afirmar que este foi também o perfil das entrevistadas.

Alguns autores (GUILHERMANO, 2000; GALVÃO E DAVIM, 2013) falam sobre a dificuldade de se encontrar literatura acerca da gestação no cárcere. Para os autores, há necessidade de mais pesquisas a fim de averiguar como essas mulheres vivenciam a gravidez em um ambiente que está longe do ideal para o desenvolvimento de uma gestação saudável.

A partir das entrevistas, foi possível refletir como está sendo realizada a promoção, prevenção à saúde e a execução de políticas voltadas para as mulheres grávidas que por alguma razão foram presas, ou que engravidam dentro dos presídios, visto que a população carcerária feminina tem crescido consideravelmente no Brasil. Para VIAFORE (2005), a estruturação do sistema prisional brasileiro não foi feita pensando na mulher criminosa. Nesse sentido, fizemos os seguintes questionamentos: é possível promover a saúde num local em que as estruturas não são adequadas ao bem estar e desenvolvimento saudável da mulher na maternidade? Como pensar uma política de ressocialização em um local em que a saúde, garantia do Estado, é comprometida por déficits das condições estruturais?

Conforme define a constituição da Organização Mundial de Saúde desde 1948, a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”. Antes de ser adotada, vigorava um conceito mais restrito de saúde, que enfatizava o aspecto biológico da doença. Aos poucos, os

aspectos biológicos foram sendo abandonados, de modo que o enfoque a vigorar mais fortemente passou a considerar fatores sociais e ambientais como essenciais para se definir saúde, (BUSS & FILHO, 2007). A partir da adoção desta concepção ampliada em saúde, em 2006, por decreto presidencial foi criada a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Estes determinantes sociais são os fatores sociais, econômicos, culturais, éticos/raciais, psicológicos, e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BUSS & FILHO, 2007). Assim, considera-se que todos estes aspectos, além do biológico, interferem no estado geral de saúde de um indivíduo; assim, se as pessoas, que estão em liberdade e vivem em condições de vulnerabilidade social, são propensas a desenvolver patologias, o que se pode esperar da saúde das pessoas que estão reclusas dentro dos presídios? O que se esperar ainda de mulheres em período gestacional, época do desenvolvimento que requer cuidados e atenção básica durante toda sua duração?

Dentre os vários limites impostos às apenadas da penitenciária estudada, verificou-se que o fato de estarem grávidas acarreta afastamento das atividades dentro do presídio. A separação começa quando se descobre a gravidez, pois as gestantes se concentram em um pavilhão, longe das celas que antes ocupavam; são ainda desligadas de praticamente todas as atividades do centro reeducacional: se trabalhavam, não podem mais fazê-lo; se querem estudar, não há vagas na escola, como ocorre em geral, segundo elas, em qualquer época, estando grávidas ou não. Tal dado é preocupante, e contradiz o que é proposto e garantido pelo Estado no que se refere ao direito universal de todos ao acesso a educação e trabalho, conforme ao capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho”.

Além destes agravantes, as reclamações mais veementes eram as relacionadas às camas em que dormiam, feitas de cimento com colchões muito finos que geravam dores nas costas, além da qualidade da alimentação oferecida para as presas em geral, o que fazia com que muitas delas ficassem até mesmo sem almoçar ou jantar, passando apenas com leite ou biscoitos. As gestantes foram questionadas sobre seus graus de escolaridade. Das respostas obtidas, depreendeu-se que, de todas as entrevistadas, somente uma concluiu o ensino médio. Quando questionadas sobre os motivos que as levaram a não conclusão dos estudos, duas apontaram desinteresse próprio, uma desistiu no oitavo ano, antiga sétima série após o desenvolvimento de um quadro de depressão ocasionado pela morte do pai. O trabalho precoce foi outro dado encontrado na maior parte das entrevistadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu visualizar que a saúde das apenadas encontra-se comprometida pela falta de meios que proporcionem uma vida saudável, como a oportunidade de exercer o trabalho ou atividades de lazer, já que as gestantes relatavam passarem seus dias deitadas ou sem fazer nada. Diante das condições da penitenciária e das informações colhidas nas entrevistas, depreende-se que quando se engravida ou entra grávida no cárcere, a situação de encarceramento com todos os dados psíquicos decorrentes deste, é ainda mais agravada pela falta de atividades e ócio impostos, posto que as grávidas são desligadas das atividades laborais e educacionais. Para elas, há apenas a esperança de um dia saírem da prisão e verem seus filhos alcançar um futuro melhor do que o que lhes foi reservado.

REFERÊNCIAS

- BUSS, Paulo Marchior; FILHO, Alberto Pellegrini. **A Saúde e seus Determinantes Sociais** In: Revista Saúde Coletiva Physis. 2007. Rio de Janeiro.
- COMISSÃO NACIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. Acessado em 12/08/2013. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/10006001341.pdf>
- CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OMS/OMS.htm>. Acesso em: 06 ago 2013.
- GALVÃO, Mayana Camila Barbosa & DAVIM, Rejane Marie Barbosa. **Ausência de assistência à gestante em situação de cárcere penitenciário**. Recorte de dissertação de Mestrado apresentada em 2012 ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Cogitare Enferm. 2013 Jul/Set; 18(3):452-9
- GUILHERMANO, Thais Ferla. **Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, set. 2000.
- PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO. **Ministério da Saúde**, Brasil, 2004.
- VIAFORE, Daniele. **A gravidez no cárcere Brasileiro: uma análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier**. *Direito & Justiça*, ano XXVII , v. 31, n.2, p. 91-108, 2005.